



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

- 1 Data: 22 de dezembro de 2025.
- 2 Ao vigésimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, foi realizada
- 3 reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, no auditório da Secretaria
- 4 Municipal de Social, Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 - Vila Ipiranga - Londrina - PR.
- 5 Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Amanda Boza Gonçalves, Cláudia Lanzone,
- 6 Elisangela Silva de Araújo, Carolina Fávaro, Ana Maria do Nascimento, Márcia Figueiredo
- 7 Barioto, Josiani Severino dos Santos Nogueira, Jenifer Araújo Barroso Bilar, Poliana de Paula
- 8 Amâncio, Gleycielle Tamires Kawana dos Santos, Cássia Talita Terciotti Moretti, Luciana dos
- 9 Santos, Yanka Cristine Barbosa, Izabel Feijó Oliveira Flores, Aline Índio do Brasil, Luiz
- 10 Fernando da Silva, Lygia Mariane Bordonal, Fabrícia Laís Pigaiani, Vanderley Pires, Luygy
- 11 Fernando Campos da Silva, Ursula Bueno Ricardo, Flávio Alves Folgado e Cleide Oberle.
- 12 Justificado: Denise Maria Fank de Almeida, Patrícia Soares Alves da Silva, Isabela de Barros
- 13 Vilas Boas, Viviane Alves Molina, Daniel Soares da Silva, Maria da Paixão Rios e Carlos da
- 14 Silva. Participaram da plenária, também, Iolanda Miranda, Genivaldo Oliveira Andrade,
- 15 Caroline Tomaz, Juliane Isabela G. Silva, Nívea Maria Polizer, Andréa Cristina da Silva, Sérgio
- 16 de Moraes, Guilherme, Osmar, Keli da Silva, Solange Ap. De Oliveira, Tayna Fernandes Reis,
- 17 Carlos Roberto de Oliveira, Gislaine Ap. Matoso, Gisele de Cássia Tavares, Elsa Caldeira,
- 18 Natália Cristina Rosa, Jéssica, Elizabeth Maria, Márcia Valim, Edsonia Marcelino, Alexsandra
- 19 Carvalho, Paulo Aragão, Paulo Carneiro, Felipe Antonio Machado, Jeniffer Pelinser, Vanessa
- 20 Steicy, Angela Maria da Silva, Elisandra Dias, Daniela B. Da Silva, Isabel Cristina Garcia,
- 21 Bárbara Salviano Cavalin. Transcorrido o tempo para a segunda convocação, saudando e dando
- 22 boas-vindas a todos os presentes, Josiani Nogueira presidente, deu início à reunião às 13 horas e
- 23 30 minutos. Josiani apresentou a pauta inicial, composta pelos seguintes pontos: 01 –
- 24 Apresentação e aprovação da pauta; 02 – Apresentação e deliberação sobre os critérios de
- 25 concessão do Benefício Eventual (BEE) e do Programa Municipal de Transferência de Renda
- 26 (PMTR). Em seguida, foram solicitadas inclusões de pauta referentes ao orçamento para o
- 27 exercício de 2026; destinação de bens da Diretoria da Proteção Social Especial (DPSE);
- 28 Programa do Migrante. Diante disso, foi apresentada a pauta consolidada conforme segue: 01 –
- 29 Apresentação e aprovação da pauta; 02 -Orçamento 2026; 03- Destinação de bens da Diretoria



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

30 de Proteção Social Especial ; 04- Programa do Imigrantes; 05 -Apresentação e deliberação sobre
31 os critérios de concessão do BEE e do PMTR, a qual foi aprovada. Antes do prosseguimento da
32 pauta, Márcia Valim informou que o orçamento de 2026 ainda se encontra em tramitação na
33 Câmara Municipal, com emendas apresentadas. Diante desse cenário, manifestou entendimento
34 de que se torna inviável o Conselho deliberar sobre quaisquer dos pontos de pauta apresentados,
35 uma vez que o conselho ainda não dispõe do orçamento de 2026 aprovado, ressaltando que a
36 continuidade dos serviços está diretamente condicionada à definição do quadro orçamentário
37 final. No que se refere ao orçamento, Márcia Barioto esclareceu que o mesmo foi aprovado em
38 votação pela Câmara Municipal, porém ainda não havia sido homologado nem publicado.
39 Informou que há previsão de aproximadamente R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)
40 provenientes de recursos municipais, sujeitos à sanção do Prefeito. Também informou a previsão
41 de aproximadamente R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) provenientes de recursos
42 estaduais, os quais ainda não se encontram disponíveis por dependerem de adesão, aprovação e
43 publicação de resolução específica que estabelecerá as regras de aplicação. Foi reforçado que
44 recursos de origem externa não constituem fonte livre, devendo ser aplicados conforme as
45 normas estabelecidas nas respectivas resoluções. Márcia Valim destacou que o orçamento
46 aprovado contém emendas e que, após a sanção do Prefeito, será necessária a reavaliação da
47 destinação dos R\$ 4.000.000,00, cabendo ao Conselho deliberar sobre a aplicação dos recursos.
48 Josiani informou que o orçamento total da política de assistência social é de aproximadamente
49 R\$ 61.000.000,00 (sessenta e um milhões de reais), sendo cerca de R\$ 41.000.000,00 (quarenta
50 e um milhões de reais) destinados à subvenção. Considerando a inflação média estimada em
51 4,5%, discutiu-se a necessidade de reposição inflacionária dos repasses para a manutenção dos
52 serviços, uma vez que a ausência dessa recomposição implicaria redução de serviços, em razão
53 do aumento dos custos, inclusive de pessoal. Participantes da plenária manifestaram-se
54 lembrando que a Secretária Municipal de Assistência Social, em reunião com as OSC e em outros
55 espaços, afirmou publicamente que não haveria redução de serviços, destacando que este era seu
56 compromisso. A Presidente esclareceu que o Conselho, em deliberação de reunião anterior,
57 deliberou quanto à reposição inflacionária, não sendo possível a revisão ou contradição dessa
58 decisão, por constar no regimento interno do CMAS. A Plenária recordou que ficou pactuado

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

59 que, havendo recursos adicionais além do orçamento inicialmente previsto, a prioridade seria a
60 recomposição inflacionária, ficando a definição de novos aportes ou ampliação de serviços
61 condicionada à existência de saldo remanescente. Na sequência, Gisele Tavares pontuou que os
62 recursos estaduais estimados em R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) podem não estar
63 vinculados à política municipal de assistência social, podendo atender a prioridades definidas
64 pelo Estado que não contemplam, necessariamente, as demandas locais. Reforçou a necessidade
65 de aguardar a publicação da resolução específica para evitar interpretações equivocadas quanto
66 à destinação desses recursos. Alertou, ainda, que tais recursos não trazem segurança ao Conselho,
67 por não garantirem a continuidade de serviços interrompidos nem a recomposição de benefícios
68 que sofreram cortes. Registrou-se que, no âmbito da Câmara Municipal, não foram permitidas
69 emendas em razão da expectativa desses recursos estaduais, o que prejudicou a recomposição do
70 orçamento local, ficando consignado que os R\$ 11.000.000,00 não devem ser considerados como
71 solução para as demandas orçamentárias, devendo tal posicionamento constar em ata. Márcia
72 esclareceu que o novo orçamento somente poderá ser analisado com segurança após sua
73 aprovação final, sanção e publicação como lei. Informou que as emendas já foram aprovadas pela
74 Câmara Municipal, aguardando apenas a sanção para compor a Lei Orçamentária Anual. Na
75 sequência, Carlos de Oliveira, manifestou preocupação quanto ao processo, avaliando que o
76 Conselho estaria sendo pressionado a deliberar sem as informações consolidadas, o que
77 caracterizou como um procedimento não democrático. Ressaltou que acha inadequado
78 aprovarem decisões no presente momento, considerando a falta de clareza quanto aos seus
79 possíveis desdobramentos futuros. Carlos questionou, ainda, se os R\$ 4.000.000,00 se referem
80 apenas ao exercício corrente ou a um período de quatro anos, destacando que tais informações
81 não estavam claras até o momento. Márcia Barioto esclareceu que as emendas aprovadas na
82 Câmara Municipal se referem exclusivamente ao exercício de 2026. Josiani explicou que, para a
83 manutenção integral da política de assistência social, seriam necessários aproximadamente R\$
84 134.000.000,00 (cento e trinta e quatro milhões de reais), o que permitiria a transição para o
85 exercício seguinte sem cortes e com recomposição plena. Como esse montante não foi alcançado,
86 foi necessária a reorganização da política para viabilizar sua continuidade em 2026, com o menor
87 impacto possível. Informou que os técnicos realizaram ajustes, aditivos e reorganizações para

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

88 assegurar o funcionamento dos serviços mesmo com a redução de recursos. Esclareceu, ainda, a
89 lógica do planejamento orçamentário, informando que, do total de aproximadamente R\$
90 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais), cerca de R\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis
91 milhões de reais) são destinados à folha de pagamento dos servidores públicos, matéria sobre a
92 qual o Conselho não possui competência deliberativa. Restam aproximadamente R\$
93 61.000.000,00 (sessenta e um milhões de reais), dos quais cerca de R\$ 44.000.000,00 (quarenta
94 e quatro milhões de reais) são destinados às subvenções e parcerias, abrangendo serviços de
95 acolhimento, convivência, residências inclusivas, entre outros, e aproximadamente R\$
96 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) destinados aos benefícios. Registrou-se que o valor
97 destinado aos benefícios anteriormente era de aproximadamente R\$ 23.000.000,00 (vinte e três
98 milhões de reais), tendo sido reduzido para R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) em
99 razão do contingenciamento. Dentro desse montante estão incluídos a bolsa para famílias
100 acolhedoras, equivalente a um salário mínimo mensal; a bolsa de guarda subsidiada,
101 correspondente a aproximadamente meio salário mínimo; o auxílio-funeral; o auxílio-natalidade;
102 e o Benefício Eventual, no âmbito do Programa Municipal de Transferência de Renda (PMTR),
103 cuja discussão específica ocorreria em momento oportuno. Josiani explicou que não houve
104 reposição inflacionária para as instituições conveniadas, o que significa que nenhuma parceria
105 recebeu reajuste no período. Ressaltou que essa situação pode comprometer a sustentabilidade
106 de unidades menores e dos serviços de acolhimento, uma vez que algumas instituições já não
107 possuem capacidade de absorver os reajustes salariais de seus trabalhadores, que giraram em
108 torno de 6,5%. Destacou ainda que qualquer recurso acima do montante de 117 milhões de reais
109 deveria ser destinado prioritariamente à recomposição inflacionária das instituições, conforme
110 deliberado anteriormente neste Conselho, visto que, sem essa recomposição, algumas não
111 conseguiriam manter suas atividades no próximo exercício. Outro ponto abordado foi o Programa
112 Municipal de Transferência de Renda (PMTR) e o Benefício Eventual (BEE). Foi pontuado que
113 o cenário ideal seria a não realização de cortes nesses auxílios, especialmente no Benefício
114 Eventual. Na sequência, Ana usuária da política de assistência social, relatou sua experiência
115 pessoal, informando que dependeu de auxílios sociais para criar seus filhos. Destacou que o valor
116 de 288 reais não resolve integralmente a vida de ninguém, mas representa uma diferença



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen

CEP: 86.010-230 – Londrina – PR

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

117 significativa para quem necessita. Uma beneficiária presente também fez uso da palavra,
118 relatando que paga aluguel no valor de 750 reais, coberto pelo benefício recebido. Informou que
119 não possui condições imediatas de mudar sua situação de vida, pois utiliza o auxílio para custear
120 cursos, trabalhar em casa e cuidar dos filhos. Esclareceu que não se recusa a trabalhar e que o
121 benefício lhe permite sobreviver e buscar autonomia, evitando situações de extrema
122 vulnerabilidade, como a necessidade de pedir alimentos nas ruas. Ressaltou, ainda, a falta de
123 representação das pessoas que vivenciam essa realidade, uma vez que muitas opiniões sobre
124 cortes e alterações nos benefícios são manifestadas por pessoas que não vivem essa condição.
125 Gisélia, participante, fez uso da palavra para relatar sua trajetória pessoal, a fim de contextualizar
126 o impacto do benefício em sua vida. Informou que, após 26 anos afastada da escola, retornou aos
127 estudos, concluiu o ensino médio pela primeira vez e encontra-se em processo de ingresso em
128 cursos no início do próximo ano. Relatou, ainda, que realiza a venda de verduras como forma de
129 complementar a renda e conciliar os cuidados com questões familiares. Destacou que o benefício
130 é fundamental para possibilitar a reorganização de sua vida e a construção de autonomia.
131 Acrescentou que esse tipo de apoio gera um efeito em cadeia, auxiliando as famílias, estimulando
132 o consumo, fortalecendo o comércio e movimentando a economia local, razão pela qual entende
133 que tais recursos não configuram gasto perdido, mas investimento social. E ainda destacou a
134 ausência da Secretária Municipal nas reuniões do CMAS, bem como em outros espaços
135 relevantes de debate da política de assistência social. Questionou a plenária se, na condição de
136 gestora, não seria dever da Secretária estar presente para prestar esclarecimentos e dialogar com
137 os participantes. Reiterou seu questionamento, enfatizando que este seria o espaço adequado para
138 sua presença e indagou: “Onde ela está? Este é o lugar em que deveria estar. Mencionou também
139 as ações relacionadas à Economia Solidária, ressaltando que muitas mães passaram a obter renda
140 por meio dessas iniciativas, defendendo que esse contexto seja considerado antes de qualquer
141 decisão de corte de investimentos. Por fim, destacou a necessidade de análise criteriosa sobre a
142 aplicação dos recursos públicos, uma vez que as decisões adotadas já vêm impactando
143 negativamente a população. Márcia Valim reforçou, mais uma vez, que, diante dos relatos
144 apresentados e do cenário exposto, torna-se inviável ao Conselho se posicionar e deliberar sobre
145 os demais pontos de pauta, especialmente no que diz respeito à deliberação sobre cortes ou



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen

CEP: 86.010-230 – Londrina – PR

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

146 reduções no PMTR ou no Benefício Eventual. Ressaltou que não deveria haver pressa em
147 deliberar sobre esse tema, enfatizando que o Conselho precisa deliberar com segurança, com base
148 em informações completas e consistentes, e não apenas em resumos, não havendo, portanto,
149 necessidade de urgência para decisões que envolvam eventual diminuição desses benefícios. Em
150 seguida Edsonia solicitou a palavra e destacou que os representantes da gestão da SMAS no
151 CMAS deveriam esclarecer à plenária sobre o encerramento de serviços e ofertas, bem como
152 sobre a situação de desemprego gerada para mais de 50 trabalhadores do SUAS. Ressaltou que
153 o impacto de desproteção social é significativo, por se tratar de serviços fundamentais, e solicitou
154 que fosse apresentado ao CMAS o planejamento correspondente, considerando a ausência de
155 informações transparentes e de orientações formais às equipes das unidades quanto aos processos
156 de trabalho diante da interrupção das ofertas e da escassez de trabalhadores. Reforçou que os
157 serviços e ofertas encerrados são essenciais, pois foram estruturados a partir de demandas reais
158 do município. Carlos retomou a palavra destacando que, nas diretrizes apresentadas, constava a
159 importância de atender a população em situação de vulnerabilidade, bem como o objetivo do
160 governo de reduzir, entre 50% e 60%, a dependência da população em relação aos benefícios
161 sociais. Criticou esse direcionamento, afirmando que tal posicionamento evidencia que a
162 população mais pobre não estaria devidamente contemplada no orçamento. Ressaltou que, ao
163 tratar de questões orçamentárias, é imprescindível considerar que há vidas diretamente
164 envolvidas. Pontuou ainda que, quando se fala em recursos humanos, não se deve tratar como
165 gasto, mas como investimento, uma vez que são os profissionais que atuam nos territórios que
166 realizam o atendimento e acompanhamento das famílias. Defendeu que o conceito de
167 investimento deve ser respeitado, alertando que o corte de serviços e de profissionais impacta
168 diretamente as pessoas com deficiência, as famílias em situação de vulnerabilidade e os
169 trabalhadores que atuam na linha de frente. Na sequência, Paulo Aragão manifestou-se afirmando
170 que o país vivencia uma democracia de caráter elitizado, na qual as decisões políticas não
171 contemplam adequadamente a população que se encontra na base da sociedade. Reconheceu que
172 os conselheiros se sentem frequentemente frustrados ao tentarem contribuir com
173 posicionamentos técnicos e opiniões fundamentadas, sendo, contudo, atravessados por decisões
174 tomadas em instâncias superiores. Diante disso, defendeu que o Conselho deve pautar suas

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

175 discussões em bases concretas, avaliando efetivamente o impacto dos cortes e o número de vidas
176 que seriam afetadas. Considerou precipitada qualquer alteração do cenário naquele momento e
177 defendeu que, ao menos para o mês de janeiro, a situação fosse mantida nos moldes atuais, até
178 que houvesse condições reais e informações suficientes para uma deliberação segura. Reforçou
179 que essa posição se fundamenta em critérios técnicos, e não apenas políticos, destacando a
180 necessidade de que o Conselho conduza o debate com base em dados claros e consistentes. Na
181 sequência, Márcia Barioto afirmou a importância de que haja clareza quanto à utilização de cada
182 recurso e à sua respectiva finalidade. Explicou que benefícios como o Programa Municipal de
183 Transferência de Renda (PMTR) e o Benefício Eventual são custeados exclusivamente com
184 recursos livres, não sendo possível sua ampliação por meio de recursos externos. Dessa forma,
185 destacou que, sem novo aporte de recursos livres, não há viabilidade para ampliação desses
186 benefícios. Lembrou, ainda, que, além das subvenções, existem reajustes contratuais que
187 precisam ser cumpridos pela Secretaria. Em seguida, Meire, assistente social, manifestou-se
188 criticando representantes que, segundo sua avaliação, distorceram o conceito de proteção social,
189 contribuindo para a construção de uma visão equivocada, elitista e classista, o que, em sua
190 opinião, dificulta a mobilização da opinião pública. Afirmou ser inadmissível que trabalhadores
191 da assistência social não tenham clareza sobre a destinação dos 11 milhões de reais. Na
192 sequência, Gisele, assistente social, destacou que esta seria a primeira vez em que benefícios
193 sociais estariam sendo diretamente impactados por medidas de contingenciamento. Ressaltou
194 que, historicamente, ajustes e cortes orçamentários sempre ocorreram, porém nunca haviam
195 atingido diretamente os beneficiários. Afirmou tratar-se de uma decisão de natureza política, que
196 não poderia ser naturalizada pelo Conselho nem pelos servidores públicos. Diversos participantes
197 manifestaram concordância, destacando que a situação representa um marco grave, no qual o
198 Estado, o Município e a Câmara estariam adotando uma postura que desconsidera o caráter de
199 seguridade social da política de assistência, ressaltando ainda que os fatos ocorridos naquele
200 momento seriam registrados historicamente. Gisele acrescentou que, conforme notícia divulgada
201 na noite anterior, a Câmara Municipal teria repassado 11 milhões de reais à prefeitura. Diante
202 disso, sugeriu que o Prefeito destinasse integralmente esse montante à política de assistência
203 social, evitando sua utilização em outros projetos, e que os recursos oriundos do Estado fossem

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

204 mantidos para outras finalidades. A vereadora Paula Vicente manifestou-se afirmando que os 11
205 milhões de reais provenientes do Estado configurariam, em sua avaliação, uma estratégia política
206 de desmobilização, caracterizando-se como uma forma de “cala a boca” para enfraquecer o
207 movimento em curso. Paula confirmou que o montante de 11 milhões de reais da câmara, foi
208 devolvido ao caixa da Prefeitura na sexta-feira anterior e que, somado aos 4 milhões já
209 mencionados, totalizaria 15 milhões de reais destinados à recomposição. Destacou que se tratam
210 de recursos livres, não havendo impedimento técnico para que fossem destinados aos benefícios
211 e programas que estavam sendo objeto de cortes. Classificou a situação como cruel, afirmando
212 tratar-se de uma política de morte, uma vez que os cortes atingem diretamente as pessoas que
213 mais dependem desses recursos para sua subsistência. Criticou ainda o fato de que os técnicos da
214 área não estariam sendo ouvidos, ressaltando que, embora atuem diretamente nos serviços, não
215 são consultados e tampouco possuem liberdade para se manifestar publicamente sobre o que está
216 ocorrendo. Houve, ainda, críticas à gestão atual, apontando-se que esta tem adotado postura de
217 enfrentamento aos conselhos, aos servidores públicos e ao trabalho desenvolvido pela política de
218 assistência social, inclusive por meio de manifestações em redes sociais, tratando os serviços
219 como se fossem privilégios ou regalias. Foi lembrado, também, que cortes semelhantes vêm
220 ocorrendo na área da educação, evidenciando, segundo os participantes, uma concepção
221 administrativa que não compreende a cidade como um sistema interligado de políticas públicas.
222 Diante do debate e do cenário contextualizado, a plenária questionou se haveria viabilidade para
223 dar continuidade à pauta do dia. Edsonia manifestou-se afirmando que não há condições de votar
224 ou deliberar sem a apresentação clara das propostas, dos impactos orçamentários e da destinação
225 dos recursos. Paulo, assessor da vereadora Paula Vicente, recordou a votação anterior referente
226 à reposição inflacionária dos serviços, ressaltando que, à época, parte dos conselheiros não teria
227 compreendido de forma clara o objeto da deliberação. Destacou que a linguagem técnica utilizada
228 não foi devidamente traduzida de maneira acessível a todos, o que levou alguns conselheiros a
229 entenderem que estavam votando pela recomposição ou ampliação de serviços, quando, na
230 realidade, tratava-se exclusivamente de reposição inflacionária. Considerou a situação grave e
231 preocupante, especialmente pelos impactos diretos que essa deliberação gerou nas decisões
232 orçamentárias subsequentes. Em resposta, Yanka, conselheira, afirmou que, naquela ocasião,



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

233 posicionou-se contrariamente à proposta justamente pelo receio de que a vinculação de recursos
234 à reposição inflacionária pudesse engessar o orçamento, dificultando a criação ou retomada de
235 novos serviços no futuro. Ressaltou que tal posicionamento foi devidamente registrado em ata,
236 evidenciando que houve divergência e manifestação prévia de alerta quanto aos riscos
237 envolvidos. Na sequência, Vandy, conselheiro, defendeu que o Conselho deve atuar com cautela,
238 responsabilidade e clareza, destacando que o ambiente de julgamento ou constrangimento
239 quando há divergências como a atribuição de falta de capacidade técnica ou preparo desrespeita
240 as diferentes posições existentes no colegiado. Enfatizou que cada conselheiro representa um
241 segmento específico e contribui com sua própria perspectiva, sendo a discordância parte legítima
242 do processo democrático, não podendo ser interpretada como falta de inteligência ou
243 desconhecimento. Ressaltou que afirmações que coloquem em dúvida a capacidade dos
244 conselheiros são ofensivas e inadequadas ao espaço deliberativo. Josiani esclareceu que, embora
245 compreendesse o contexto apresentado, entende ser necessária a continuidade da pauta. Na
246 sequência, Lygia sugeriu que, ao menos, o ponto de pauta referente à destinação de bens fosse
247 submetido à apreciação da plenária, por não possuir relação direta com o orçamento de 2026.
248 Polyana, conselheira, manifestou o interesse em ouvir as propostas apresentadas, a fim de
249 compreender o posicionamento da Secretaria, destacando que tais informações também serviriam
250 de base para eventual deliberação. Dando continuidade à pauta referente ao Orçamento de 2026,
251 foi deliberado sobre os seguintes encaminhamentos: a elaboração de ofício ao Prefeito,
252 reivindicando a destinação dos 11 milhões de reais oriundos da Câmara Municipal à política de
253 assistência social; o posicionamento do Conselho diante da possibilidade de não recebimento de
254 recursos provenientes do Governo do Estado; e a cobrança de explicações formais da Secretaria
255 de Assistência Social acerca de seus planejamentos, prioridades e diretrizes de atuação. Edsonia
256 ressaltou a necessidade de que a Secretaria apresente, de forma clara e detalhada, seu
257 planejamento, especialmente no que se refere a serviços que foram reduzidos ou encerrados,
258 como as repúblicas e outras ofertas voltadas a públicos específicos, incluindo a população
259 migrante. Na sequência, Selma informou que já haviam sido encaminhados ofícios anteriores à
260 Secretaria de Assistência Social solicitando esclarecimentos sobre o fechamento de serviços, a
261 redução de metas, o atendimento à população migrante e novas propostas, como a denominada

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

262 “Nova Trilha. Edsonia indagou os conselheiros se houve, por parte da gestão, apresentação de
263 informações suficientes para esclarecer os procedimentos e o planejamento da SMAS,
264 considerando a falta de estrutura e o déficit de pessoal para execução das ofertas públicas que
265 foram encerradas. Destacou que há profissionais com sobrecarga, atuando em áreas sem
266 servidores designados em razão da ausência de convocação do concurso público. Ressaltou que
267 tal situação representa prejuízo para o SUAS e reiterou a necessidade de maior transparência e
268 organização no planejamento da gestão. Destacaram a importância de solicitar informações
269 detalhadas sobre equipe técnica, estrutura disponível, instrumentos de gestão e capacidade
270 operacional. A plenária deliberou sobre a necessidade de que a gestão da SMAS apresente
271 informações completas e transparentes, com nível de detalhamento suficiente para explicitar as
272 condições de estrutura, manutenção das ofertas e processos de trabalho a serem desenvolvidos.
273 Josiani fez referência ao déficit de recursos humanos da SMAS, informando que atualmente
274 existem 54 cargos em vacância sem reposição. Informou que, desse total, apenas 17 cargos foram
275 parcialmente repostos, resultando em déficit significativo de pessoal. Destacou que esse cenário
276 impacta diretamente à execução das políticas públicas, a qualidade dos serviços ofertados e a
277 capacidade de atendimento à população. A plenária deliberou pela oficialização ao Prefeito da
278 proposição de destinação do recurso devolvido à Câmara, e que a SMAS realize a apresentação
279 de seu planejamento diante do encerramento das ofertas públicas, na reunião do CMAS, sobre o
280 MOV CRAS (visto que os trabalhadores de CRAs trouxeram na reunião a impossibilidade de
281 execução das ações executadas pela OSC), Republicas Leve e Moderada, bem como o Programa
282 Nova Trilha. Selma informa que já foi enviada este questionamento à SMAS, mas ainda não foi
283 recebida a resposta, que foram dois ofícios, o primeiro foi respondido, estava relacionado ao
284 posicionamento da secretaria quanto ao MOV Cras, redução das metas, migrantes e nova trilha,
285 sobre qual o planejamento da secretaria sobre a possibilidade de descontinuidade destas ofertas,
286 e a resposta foi lida na plenária passada, e a partir disso foi enviado novo ofício questionando
287 sobre qual seria a estrutura que a SMAS daria aos CRAS, se há RH, e a resposta a estes
288 questionamentos que ainda não foi retornado. Na sequência, Solange Oliveira, assistente social,
289 questionou como se dará, a partir do mês de janeiro de 2026, a execução dos serviços, em especial
290 do Movimenta CRAS, considerando o período de férias escolares, quando há aumento da



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen

CEP: 86.010-230 – Londrina – PR

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

291 demanda por atendimento de crianças e famílias, somado à realidade de equipes técnicas já
292 sobrecarregadas. Afirmou que não é razoável supor que um único técnico consiga absorver tais
293 demandas, esclarecendo que tal posicionamento não visa desqualificar o trabalho das equipes,
294 mas reconhecer que os serviços sempre foram executados com planejamento, supervisão técnica,
295 apoio de educadores, materiais e estrutura adequados. Ressaltou que o trabalho nunca foi
296 realizado de forma improvisada ou sem metodologia definida. Solange destacou, ainda, que o
297 Movimento CRAS é executado conforme as diretrizes do Serviço de Proteção e Atendimento
298 Integral à Família (PAIF), configurando-se como complemento e parte integrada da política de
299 assistência social, não sendo um serviço isolado ou concorrente. Dessa forma, enfatizou que não
300 é possível transferir essas atividades às equipes dos CRAS sem o devido reforço de pessoal e de
301 estrutura. Na sequência, passou-se ao ponto 03 - Destinação dos bens. Carolina, Diretora da
302 Proteção Social Especial (DPSE), informou sobre o encerramento do serviço de república
303 moderada masculina, executado pela OSC-MMA, esclarecendo que a decisão decorre de razões
304 orçamentárias e não de avaliação técnica negativa do serviço. Apresentou proposta de
305 redirecionamento dos bens do referido serviço, para serviços de média complexidade, com
306 prioridade para as Casas Lares, evitando a ociosidade dos bens. Destacou-se que os bens
307 permanecerão sob controle da Secretaria e que não haverá prejuízo em caso de eventual retomada
308 do serviço, considerando a existência de seis Casas Lares aptas a absorver os equipamentos. A
309 proposta visa à substituição de itens danificados ou obsoletos e à qualificação da oferta dos
310 serviços. Vandy, conselheiro e representante das Casas Lares, informou sua abstenção na votação
311 e relatou a situação crítica do acolhimento institucional, com aumento da demanda no período,
312 superlotação das unidades, crianças hospitalizadas e casos de alta complexidade, reforçando a
313 necessidade do uso imediato dos bens para garantir condições mínimas de atendimento.
314 Encerradas as manifestações, Josiani submeteu a proposta à votação do plenário, sendo aprovada,
315 com uma abstenção. Na sequência, passou-se ao ponto 04 - Programa de Atendimento a
316 Migrantes. Cláudia Gerente de CRAS, apresentou a situação do referido programa, informando
317 que, apesar de manifestações públicas do Prefeito indicando a continuidade da iniciativa, o
318 recurso correspondente não consta no orçamento de 2026, tampouco houve confirmação formal
319 de aporte financeiro adicional para a Secretaria. Foi esclarecido que a parceria vigente se encerra



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

320 em 31 de dezembro; contudo, a entidade executora dispõe de saldo financeiro em conta no valor
321 de R\$ 117.884,95, acumulado ao longo da parceria iniciada em abril de 2021. Considerando que
322 o custo mensal do programa é de aproximadamente R\$ 31.853,54 e levando-se em conta
323 eventuais despesas rescisórias, foi apresentada a proposta de utilização desse saldo para prorrogar
324 a parceria por até dois meses, mediante termo aditivo de prazo, sem acréscimo de valor, conforme
325 previsão da Lei nº 13.019/2014. A entidade executora manifestou concordância com essa
326 possibilidade. Destacou-se que a medida tem como objetivo evitar a demissão imediata da
327 equipe, garantir a continuidade do atendimento às famílias migrantes e preservar o trabalho
328 técnico especializado já em execução, que inclui apoio documental, orientação sobre direitos,
329 inserção no mercado de trabalho e atendimento em diferentes línguas. Foi ressaltado, ainda, que
330 o programa completará cinco anos em abril de 2026, prazo máximo permitido para prorrogações.
331 Informou-se que, caso haja a incorporação de recursos específicos no orçamento de 2026, o
332 Conselho poderá deliberar novamente sobre a abertura de novo edital ou chamamento público
333 para a continuidade do serviço. Como sugestão adicional, foi proposto que o Conselho oriente a
334 Secretaria a planejar a continuidade do serviço até o mês de abril, assegurando tempo hábil para
335 a realização dos trâmites administrativos necessários. Ainda neste ponto 4, foi levantado
336 questionamento do tratamento diferenciado dado pela gestão aos parceiros das OSC. Destacou-
337 se que o Programa Migrante pôde apresentar saldo de recurso e reutilizá-lo para continuidade das
338 ações, se esta mesma ação poderia ter sido realizada com o MOV CRAS. Márcia Valim informou
339 que houve reunião com a secretaria e que foi informado que não havia haveria recursos para a
340 manutenção desta oferta, mesmo com a contraproposta da OSC em reduzir a oferta. Edsonia
341 questionou qual teria sido a avaliação técnica para a descontinuidade da ação, dos motivos deste
342 serviço ser descontinuado e o outro (Migrantes) sim. Amanda informou que ainda não teria sido
343 finalizada a parceria, mas que foi realizada consulta oficial à OSC Epesmel e a mesma informou
344 que iria utilizar todos os recursos em conta para a finalização da parceria. Edsonia lembrou ainda
345 que há deliberação da Conferência que priorizava a manutenção e ampliação do Programa MOV
346 CRAS. A plenária solicitou que representantes do governo e conselheiras revissem o
347 encaminhamento, de modo a garantir a continuidade das ações do Programa Movimento CRAS.
348 Josiani indicou que, como não havia ainda a finalização da parceria com a Epesmel sobre o MOV

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

349 CRAS, o CMAS pediria informações a SMAS sobre a possibilidade de que ele seja retomado
350 com o saldo, que por ventura, forem devolvidos da parceria. Ao final das discussões, ficou
351 registrado que há interesse público evidente na continuidade do atendimento às famílias
352 migrantes e que a proposta apresentada busca garantir uma transição responsável, evitando a
353 descontinuidade abrupta do serviço. A proposta do aditivo foi apresentada para deliberação,
354 sendo aprovado sem manifestações contrárias. Durante a reunião, também foi debatida a questão
355 do provisionamento dos recursos orçamentários e a destinação dos valores disponíveis,
356 especialmente no que se refere à continuidade de programas e serviços da política de assistência
357 social, como o Movimenta CRAS. Josiani esclareceu que, a partir de consulta técnica realizada,
358 foi informado que os recursos provisionados seriam utilizados considerando o dimensionamento
359 das equipes e a necessidade de garantir decisões administrativas, trabalhistas e financeiras.
360 Destacou a necessidade de registro formal das discussões e dos encaminhamentos da reunião,
361 servindo como instrumento de controle social e de orientação para decisões futuras. Na
362 sequência, passou-se ao ponto 05 -Apresentação e deliberação sobre critérios de concessão do
363 Benefício Eventual (BEE) e do Programa Municipal de Transferência de Renda (PMTR). Márcia
364 Valim, novamente manifestou-se destacando a dificuldade de deliberar sobre o tema, sem que
365 haja clareza quanto ao orçamento efetivamente disponível para o mês de janeiro de 2026. Alertou
366 que, caso os benefícios sejam pagos integralmente no início do exercício, há risco de insuficiência
367 de recursos nos meses finais do ano, o que pode comprometer a execução de outras ações,
368 serviços e programas ao longo de 2026. Josiani ressaltou que não há, qualquer intenção de
369 promover cortes ou prejuízos aos usuários da política de assistência social. Edsonia alertou para
370 a necessidade de cautela na condução do debate pelas conselheiras e representantes do governo,
371 ressaltando que a forma de apresentação das propostas e posicionamentos deve evitar qualquer
372 indução de votos. Destacou que tal cuidado é essencial para assegurar a imparcialidade das
373 discussões, preservar a paridade entre os segmentos representados e garantir o caráter
374 democrático das deliberações do CMAS. Assim, destacou a responsabilidade do Conselho na
375 preservação dos direitos da população usuária do SUAS e na garantia da continuidade dos
376 serviços, programas e benefícios. Por fim, foi reforçado que as deliberações tratam de uma
377 política de Estado, e não apenas de decisões pontuais de governo. Tayna manifestou-se

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

378 lembrando que, no início do ano anterior, também havia sido informado que não haveria recursos
379 suficientes até o final do exercício, porém, ao longo do ano, foram buscadas alternativas para a
380 manutenção das ações. Na sequência, Poliana afirmou que considera relevante ouvir a proposta
381 apresentada, ressaltando que os conselheiros que desejarem escutá-la devem ter essa
382 oportunidade, para que, somente após o debate, seja realizada a votação. Tayna acrescentou que,
383 embora não seja conselheira e atue diretamente na ponta dos serviços, sua sugestão é a
384 manutenção dos benefícios nos moldes atuais, concomitantemente à continuidade da mobilização
385 e da luta por recursos. Defendeu que, caso os 4 milhões de reais sejam efetivamente incorporados,
386 o Conselho reivindique também os 11 milhões mencionados. Ressaltou que, se ao final do
387 exercício não houver recursos suficientes, será necessário dar transparência à população quanto
388 às decisões e prioridades da gestão em relação aos benefícios. Alertou, ainda, que a eventual
389 realização de cortes logo no início do ano também deverá ser comunicada à população,
390 explicando-se que a redução teria como objetivo tentar garantir a manutenção dos pagamentos
391 ao longo do exercício. Josiani detalhou que, no cenário atual, praticamente todo o orçamento
392 disponível já está sendo utilizado para o custeio de benefícios como auxílio-natalidade, auxílio-
393 funeral, acolhimento familiar, entre outras ações. Ressaltou que, caso haja necessidade de cortes,
394 será indispensável definir de quais ações ou benefícios os recursos serão retirados, ciente de que
395 qualquer redução gera impacto direto na população usuária. Informou, ainda, que o orçamento
396 previsto para o mês de janeiro já não comporta a inclusão de novos gastos. Na sequência, Carlos
397 relatou que, ao longo do processo de discussão, houve a percepção de que as manifestações
398 apresentadas não estavam sendo devidamente consideradas, o que gerou um clima de desânimo
399 e a sensação de ausência de escuta efetiva. Afirmou que, diante desse contexto, não haveria
400 condições para avançar na discussão da pauta naquele momento, sugerindo que o tema fosse
401 retomado em janeiro. Foi ressaltado que o processo democrático pressupõe escuta, debate e
402 decisão coletiva, mesmo diante de divergências. Alguns conselheiros solicitaram a realização de
403 nova votação e manifestaram o cansaço generalizado diante da complexidade e da extensão do
404 tema em debate. Márcia Valim esclareceu que a análise realizada teve como base o orçamento
405 projetado para 2026, o qual, conforme informado por Márcia Barioto, ainda não foi formalmente
406 aprovado. Diante disso, foi apresentada a proposta de aguardar a consolidação do orçamento de



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

407 2026, a fim de que o Conselho tenha uma visão completa do cenário financeiro e possa tomar
408 decisões mais seguras e responsáveis. Em relação ao ponto 05, não houve deliberação, ou seja,
409 após debate ficou suspensa a deliberação de critérios de concessão do BEE e PMTR. Para
410 finalizar, Meire procedeu à leitura da proposta de minuta de documento a ser encaminhado ao
411 Prefeito Municipal. Ao final, deliberou-se que o conteúdo aprovado será remetido à Secretaria
412 Executiva do Conselho para providências quanto à formatação do documento e posterior
413 encaminhamento oficial ao Prefeito Municipal. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi
414 encerrada reunião às 17h15, e eu, Márcia Barioto, lavrei a presente ata, que deverá ser submetida
415 a aprovação da plenária.